

## Entre o Nilo e o Tigre: a construção das primeiras relações entre nações

Gilberto de Souza Vianna <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pesquisador associado IESP-UERJ; Pós-doutorado em História Política UERJ (2021); Doutorado em História Social pela UFRJ (2019); Mestrado em História da Educação pela Universidade Federal do Paraná (2001). Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993). Atualmente, é membro do Corpo Permanente e Adjunto do Centro de Estudos Estratégicos Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra (ESG).  
E-mail: gilberto.souzavianna@gmail.com.

**RESUMO:** Este artigo investiga o surgimento da diplomacia e das relações entre Estados nas civilizações antigas. Partimos da transição das sociedades nômades para as primeiras cidades-estado, mostrando como o comércio, disputas territoriais e alianças locais foram moldando práticas que reconheceríamos como diplomáticas, ainda que primitivas. O controle dos grandes rios teve papel central aqui. Nilo, Tigre-Eufrates, Yangtzé – essas bacias fluviais permitiram estruturas econômicas e políticas que sustentaram os primeiros Estados. Baseando-nos em Lucien Febvre, Charles Tilly e Michael Mann, analisamos como isso aconteceu. Egito, Mesopotâmia, Israel, Pérsia, Grécia e Roma desenvolveram instrumentos diplomáticos distintos, embora o comércio e a guerra continuassem sendo as principais forças criando redes de confiança (e desconfiança) entre comunidades. Esses padrões de interdependência, forjados mais por necessidade que idealismo, anteciparam aspectos importantes das relações internacionais modernas. O artigo encerra examinando como a queda de Roma e a ascensão do Cristianismo transformaram a paisagem política antiga numa estrutura teológico-política que marcaria profundamente o Ocidente.

**Palavras-chave:** Estados Antigos; Diplomacia; Relações Internacionais; Civilizações Fluviais; Cidades-estado; Egito; Mesopotâmia; Grécia; Roma; Poder Político.

**ABSTRACT:** This article explores how diplomacy and interstate relations first emerged in ancient civilizations. We examine the shift from nomadic societies to early city-states, focusing on how trade networks, territorial disputes, and local alliances gradually shaped what we'd recognize as primitive diplomatic practices. The control of major river basins – the Nile, Tigris-Euphrates, Yangtze – proved crucial here. Drawing on Lucien Febvre, Charles Tilly, and Michael Mann, we analyze how these waterways enabled the economic and political structures that underpinned early statehood. Egypt, Mesopotamia, Israel, Persia, Greece, and Rome each developed distinct diplomatic instruments, though commerce and warfare remained the primary forces creating networks of trust (and mistrust) between communities. These patterns of interdependence, forged through necessity rather than idealism, prefigured many aspects of modern international relations. The article concludes by examining how Rome's collapse and Christianity's rise transformed the ancient political landscape into a theological-political framework that would profoundly shape the West.

**Keywords:** Ancient States; Diplomacy; International Relations; River Civilizations; City-States; Egypt; Mesopotamia; Greece; Rome; Political Power.

## INTRODUÇÃO

A extensão de conceitos é de certa forma complexo, e que pode causar uma deturpação na análise, entender os acontecimentos que possibilitaram os surgimentos de agrupamentos humanos e estados com os olhos do século XXI, os entendimentos de práticas e conceitos como diplomacia e relações internacionais, no mundo antigo tem que ser utilizado dentro da ótica e prática da época, e dentro de um processo de criação de cidades-estados e Estados antigos. Quando os primeiros grupamentos humanos se sedentarizaram em cidades, fixando-se em um território delimitado, surge a necessidade de estabelecer relações de aliança e comércio com outras comunidades fronteiriças que passavam pelo mesmo processo. Este capítulo busca analisar o ser humano e seus agrupamentos no processo de estabelecimento de suas relações sociais, de poder e comerciais durante a antiguidade, como fala Lucien Febvre.

Os homens “os únicos objetos da história – de uma história que não se interessa por um qualquer homem abstrato, eterno, imutável e perpetuamente idêntico a si próprio – os homens, analisados sempre no quadro das sociedades de que são membros (Febvre, 1982, p. 20)

No entanto, para considerar de fato a existência do que podemos entender como uma diplomacia como instrumento de política externa e de gestão pelas relações internacionais entre estados, temos que pontuar que ela surge, necessariamente, com o nascimento do Estado, mesmo em sua forma inicial de organização – o “Estado Antigo”. O Estado antigo foi oriundo da sedentarização e da necessidade de estabelecer uma rede de aliança e defesa, a diplomacia é o instrumento que vai realizar esse encontro entre partes, afins ou não. O Sociólogo Charles Tilly identifica três formas distintas de organização que se interagem, cidades, estados e redes de confiança e ainda tipifica a formação do estado no Oriente Médio:

E o estado? Um estado é uma estrutura de poder que envolve quatro elementos: 1) principais meios de coerção concentrados, especialmente um exército, 2) organização que é pelo menos parcialmente independente de parentesco e relações religiosas, 3) uma área de jurisdição definida, e 4) prioridade em alguns aspectos sobre as outras organizações que operam nessa área. Embora os quatro elementos tivessem existido separadamente por algum tempo, ninguém colocou todos os quatro juntos antes da criação de cidades e estados pelo Oriente médio (Tilly, 2011, p. 8, tradução nossa)<sup>1</sup>.

---

\* Pesquisador associado IESP-UERJ; Pós-doutorado em História Política UERJ (2021); Doutorado em História Social pela UFRJ (2019); Mestrado em História da Educação pela Universidade Federal do Paraná (2001). Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993). Atualmente,

Obviamente, o surgimento das cidades e estados, inicialmente no neolítico, expandiram enormemente as capacidades humanas de acumulação, inovação e mobilização. As grandes obras da antiguidade são um exemplo desse poder mobilizador do estado.

## **1 A FORMAÇÃO DO ESTADO ANTIGO: NA MARGEM DOS GRANDES RIOS, O RASCUNHO DAS NOÇÕES DE DIPLOMACIA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O surgimento do Estado antigo e das cidades-estados se iniciam com a revolução agrícola ocorrida no neolítico, aproximadamente há 10 mil anos a.C. Sedentarizou o homem em assentamento em torno dos grandes rios: o Indo, o Nilo, o Tigre e o Eufrates. O processo primitivo de sedentarização do homem já estabelece, nos primeiros assentamentos, um local de centro de trocas e de serviços e de armazenamento de excedentes. No controle comercial que os assentamentos vão estabelecer sobre seu entorno, vai surgir um sistema precário de segurança e defesa do assentamento e uma política de aliança sobre seu entorno. Alianças de casamento e educação dos filhos da elite da cidade parceira era um fator de aproximação e fazia parte da primitiva política diplomática. Esse processo no neolítico é exemplificado por Candice Goucher e Linda Walton sobre a cidade de Jericó:

Jericó era um assentamento antigo e permanente, datando de 9000 a.C., quando o local foi estabelecido como um assentamento e como ponto de partida de caçadores-coletores. Ao longo do milênio seguinte, seus descendentes fizeram a transição da existência errante para a sedentária. No oitavo milênio a.C. Jericó tinha uma população estimada de aproximadamente 2 mil pessoas. A comunidade era cercada por muros defensivos e protetores, que ligados a construção de arquitetura monumental, como torre fortificadas (Goucher; Walton, 2011, p. 69).

Os grandes estados da antiguidade começam a surgir de um processo de unificação, guerra e de expansão territorial de algumas cidades sobre acampamentos e outras cidade existentes na margem dos grandes rios. Isso ocorreu na Mesopotâmia, entre

---

é membro do Corpo Permanente e Adjunto do Centro de Estudos Estratégicos Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra (ESG). E-mail: gilberto.souzavianna@gmail.com.

<sup>1</sup> What of the state? A state is a structure of power involving four distinctive elements: 1) major concentrated means of coercion, especially an army, 2) organization that is at least partly independent of kinship and religious relations, 3) a defined area of jurisdiction, and 4) priority in some regards over all other organizations operating within that area. Although the four elements had existed separately for some time, no one put all four of them together before the Middle East's creation of both cities and states.

Tigre e o Eufrates, região do atual Iraque, o Nilo do Egito, os rios Yangtzé e Huang He<sup>2</sup>, na atual China. Os rios facilitaram o surgimento da agricultura em suas margens, possibilitando os agrupamentos humanos que evoluíram e se transformaram em cidades, pequenas unidades políticas, cidades com capacidade de estabelecer alianças e garantir a relativa segurança dos seus membros. Estas cidades se valeram da facilidade de transporte oferecida pelos rios navegáveis e das trocas comerciais que realizavam entre si, graças ao excedente de produção.

No entanto, também os grandes rios foram os facilitadores de diversos processos de unificação destas mesmas unidades políticas. Isso ocorreu no Egito, aproximadamente em 3000 a.C., quando um líder político local chamando Menés unificou o “Nomos<sup>3</sup>” e se tornou o primeiro Faraó do alto e do Baixo Egito, e com Hamurabi, autor do famoso código do mesmo nome, entre (1728 e 1686 a.C.), que ampliou a suas fronteiras através de conquistas territoriais por todo médio Eufrates, criando o primeiro Império Babilônico.

### **1.1 O Rio Yangtzé e o império do centro**

O rio Yangtzé<sup>4</sup> nasce no planalto do Tibete e atravessa praticamente toda planície do Norte da atual República Popular da China. Portanto o berço da civilização chinesa foi regado pelo rio Yangtzé e seus afluentes. Foi, no início, introspectivo, longe de qualquer outro centro de civilização. Foi também uma civilização com tecnologia refinada, detentora da produção de cerâmica fina, metalurgia do bronze e com um sistema de escrita diferenciado, estabelecendo claramente os primeiros povoados chineses como local de comércio e troca de excedentes juntos aos povos circunvizinhos.

Com estabelecimento de um governo centralizado desde a dinastia Shang, que governou a China de 1600 a 1046 a.C., o isolamento da China e desenvolvimento de uma tecnologia de produção de utensílios e armamentos moldou não apenas as atitudes chinesas em relação a outros povos, mas o conhecimento de sua superioridade sobre os povos não chineses que habitavam o seu entorno. A partir deste período, a principal característica da visão chinesa do mundo era a crença de que os chineses estavam no centro do universo, que deles era o “Reino do centro”, cercado em todas as quatro direções

---

<sup>2</sup> Conhecidos como rio azul e rio amarelo, respectivamente.

<sup>3</sup> Divisão territorial do Egito antigo.

<sup>4</sup> Também conhecido como “Rio Amarelo”.

por povos menos culturalmente avançados, povos “bárbaros”. Durante séculos, a China foi conhecida como o “Reino do Meio”. Esse nome indica claramente o lugar do país como a potência do Oriente, mas também serve como um lembrete de que a China está cercada por dezenas de outros países que estão intimamente ligados ao seu destino. Segundo Stuart-Fox (2003, p. 10):

O Shang era uma grande cultura letrada e artística, como demonstra estratificado não menos por sua incomparável metalurgia do bronze. Durante séculos a dinastia havia governado a área cultural chinesa central.

No entanto a estrutura gerada pelas relações comerciais e o acúmulo de riqueza da dinastia Shang abriram caminho para uma crítica sobre corrupção e ela acaba sendo deposta. A dinastia Zhou invocou um direito divino de governar, o que eles chamaram de “Mandato do Céu”. A nova dinastia Zhou foi a dinastia com maior duração na história chinesa: governou entre 1046 a 256 a.C. Porém, além do suposto “mandato do Céu”, ela era legitimada pelo uso de armas de ferro. A forja de ferro foi introduzido na china pela Dinastia Zhou, que rapidamente estabeleceu uma forma de governo descentralizado. A organização do território era estabelecida por estados subordinados que pagavam tributos para a capital, onde o “filho do céu” se localizava. Esse sistema exigia um conjunto de relações comerciais e um primitivo sistema de relações internacionais com introdução de novas áreas conquistadas.

Essa estrutura ganhou o nome de Fengjian. Cada estado era autônomo e tinha seus próprios sistemas tributários e jurídicos, juntamente com sua moeda única e até mesmo estilo de escrita. Os nobres eram obrigados a homenagear regularmente o rei e fornecer-lhe soldados em tempos de guerra.<sup>5</sup>

## **1.2 A utilização da Diplomacia no Egito Antigo e o seu entorno estratégico**

A pedra de Roseta é uma antiga estela egípcia (placa) esculpida em granito. Nela está escrito um decreto do Faraó Ptolomeu V, emitido em Memphis em 196 a.C. Na pedra de Roseta, o decreto é talhado em três formas de escrita: o texto superior é hieróglifos egípcios antigos; a porção do meio, escrita demótica e a inferior, Grego antigo. Os três escritos apresentam o mesmo, forneceu a chave para a compreensão moderna dos hieróglifos egípcios. Este documento foi a chave para a tradução da escrita hidrográfica

---

<sup>5</sup> Ver: [https://stringfixer.com/pt/Chinese\\_fief](https://stringfixer.com/pt/Chinese_fief). Acesso em: 19 abr. 2022.

do Egito antigo, realizada por Jean-François Champollion em Paris no ano de 1822. A possibilidade de tradução dos textos egípcios antigos possibilitou aos historiadores uma compressão maior da vida cotidiana do Egito na antiguidade, como também a burocracia diplomática, realizada pela corte do faraó e os outros Estados antigos.

Esses Estados e cidades-estados da antiguidade começam a utilizar a diplomacia como instrumento para estabelecer suas relações internacionais. O envio de emissários e de mensageiros entre os estados da antiguidade se torna uma necessidade, principalmente quando os estados são fronteiriços ou ainda mais quando dois ou mais processos de expansão dos impérios antigos acabavam se chocando.

No Egito antigo, o Faraó Amenófis IV, que reinou entre 1351 a 1334 a.C., foi o responsável por uma revolução religiosa, estabelecendo a existência de um único Deus no Egito antigo: “Aton”, o disco solar. O Faraó regulamentou a prática do novo culto e mudou seu próprio nome para Akhenaton. O que nos interessa para este capítulo é que Akhenaton fundou uma nova capital para o Egito: no lugar hoje conhecido como “Tel el Amarna”, ele fundou a nova cidade de “Akhetaton”. Esta nova capital foi abandonada com o falecimento do Faraó Akhenaton e seus os registros foram feitos em pedra e argila de correspondência diplomática – o que deixam um claro retrato da intensa troca de embaixadas e acordos entre os egípcios e seus vizinhos, alianças militares, solicitações de apoio de tropas egípcias, preocupações com novos atores no Oriente Médio (como os hititas) e ordem para a construção de defesa em pontos estratégicos do reino.

As relações diplomáticas poderiam servir como aliança para solucionar questões internas, ou para manter uma dinastia no poder (procurava-se apoio externo de um forte aliado). Assim ocorreu quando Ankhesenpaamon, jovem viúva de Tutancâmon, no ano de 1349 a.C. envia um embaixador mensageiro ao rei Hitita Suppiluliuma – os hititas eram um Império em expansão na fronteira do Egito por volta do ano 1300 a.C.. Am sua carta, a Rainha viúva escreve:

O meu consorte morreu sem deixar herdeiros. Tu, pelo que se diz, tens muitos filhos. Se aceitas enviar-me um dos Teus filhos, ele será o meu esposo. Jamais me sujeitarei a desposar um dos meus servos e tenho medo (...) (Mella, 1981, p. 200).

Segundo Mella (1981, p. 200), o velho rei Hitita não acreditou na possibilidade que se apresentava. A ideia de que um dos seus filhos poderia se transformar, de forma

tão simples, no Faraó do Egito parecia inverossímil e ele envia um embaixador seu para se certificar com a Rainha a veracidade do pedido. O embaixador retorna no mês seguinte acompanhado por um embaixador egípcio para atestar que a carta da Rainha era verdadeira e com nova carta. Nos seguintes ternos, a rainha escreveu:

Por que pensaste Tu que Eu queria te enganar-te? Se tivesse tido um filho, acha que eu teria recorrido, para minha vergonha a um país estrangeiro? Não escrevi a outros, apenas a Ti; dá-me um dos teus filhos, que para mim será somente um marido, mas para o Egito será Rei” (Mella, 1981, p. 200).

Essa pequena carta nos revela a intensa correspondência diplomática na antiguidade dos 1300 a.C. “Não escrevi para a outros”, assim como a busca de aliança militar objetivando sufocar uma conspiração interna com força armada de seu novo aliado por casamento, tendo em vista que eram, na época, uma potência militar do Oriente Médio, e que o casamento entre membros da realeza na antiguidade era parte fundamental no jogo político das alianças nacionais e nos acordos costurados pela diplomacia dos Estados antigos. Outra observação que cabe aqui é que em relações internacionais o tempo e a rapidez na resposta é um fator a ser considerado.

Quando ao Rei Hitita, o excesso de prudência fez com que deixasse escapar uma oportunidade política única que poderia ter mudado o curso da história daquela parte do mundo. Segundo Mella (1981, p. 200), na cidade egípcia de Tebas já estava terminando o período de 70 dias previsto pelo cerimonial para o embalsamamento e o sepultamento do rei morto e daquele preciso momento em diante, na falta de legítimos sucessores, a designação do novo soberano cabia aos sacerdotes de Amon. O rei Hitita enviou seu filho após a data prevista nos rituais egípcios e esse desaparece no caminho, provavelmente assassinado por enviados dos conspiradores.

### **1.3 O Reino de Israel e suas redes de comércio**

As redes de comércio criadas pelo reino de Israel, sobre o governo de Davi (1003-970 a.C.) e posteriormente sobre o governo de seu filho Salomão (970-931 a.C.), são calcados em uma extensa rede de relações de confiança e de relações internacionais. O comércio foi a mola propulsora da atividade diplomática do reinado de Salomão na Bíblia. No primeiro livro dos Reis narra que “Hiram, rei de Tiro, enviou seus servos a Salomão,

ao saber que este fora sagrado rei em lugar de pai, pois Hiram sempre foi amigo de Davi”. (1Rs 5:15).

Salomão consegue, com a utilização de uma diplomacia de alianças comerciais, estabelecer em Israel um centro comercial e um grande entreposto entre o oriente e o Mediterrâneo; as relações internacionais de Israel no tempo de Salomão estavam empenhadas em estabelecer e manter as alianças comerciais. Segundo Bright (2003, p. 265), “Salomão também estava interessado no comércio terrestre com o sul. A visita da rainha de Sabá (1Rs 10,1-10,13), um acontecimento que de nenhum modo pode ser considerado como lendário, tem de ser entendido sob esse prisma. Os habitantes de Sabá, originalmente nômades, tinham por essa época se fixado e estabelecido um reino, cujo centro estava localizado no que é hoje o Iêmen oriental. Também era de interesse da Rainha de Sabá manter aliança com Israel para que tivesse seu reino acesso a esta rede comercial. E ter um filho com Salomão fazia parte de uma política de aliança de Estado.

As rodas de comércio estabelecidas por Salomão possibilitaram o surgimento de uma comunidade de judeus etíopes conhecidos como Beta Israel, que manteve estrutura de práticas religiosas e língua hebraica (Amit, 2012, p. 1289).

#### **1.4 O Império Persa inicia a era da Economia Global**

O Império Persa foi uma construção social e política diferenciada dos outros estados antigos até então. Não era possuidor de uma base nacional como o Egito e nem tinha uma forte base econômica como a Babilônia; era, na sua formação, uma amálgama de pequenos territórios com seus líderes respectivos. No entanto, seu domínio territorial se estendia da Índia à região da Babilônia; seu disciplinado Exército, as rotas do mar negro da Índia e da China que dominava lhe trouxeram imensas possibilidades, transformando o Reino – isso também graças à sua massa populacional, uma espécie de árbitro internacional.

Com a unificação dos Medos e Persas realizadas por Ciro entre 559 a.C. e 529 a.C., o Império Persa se estendeu do Indo ao Mediterrâneo. Ciro surge como libertador dos povos sob o jugo dos Babilônicos e Assírios; frente ao Império Persa, só subsistiam as cidades-estados gregas, mesmo o Egito acabou sucumbindo ao filho de Ciro, Cambises, em 529 a.C.

Com uma organização política territorial estabelecida em unidades semiautônomas chamadas Sátrapas, tributárias e com o Sátrapa indicado pelo rei, os Persas conseguiram ser os grandes articuladores de rotas comerciais no Mundo Antigo, ligando do ocidente ao oriente, do Sudão na África até os povoados do Mar Morto. As minas do Cáucaso eram exploradas e o Império era articulador de diversas agendas comerciais. Sua diplomacia era bastante efetiva, um exemplo disso foi a ação que conseguiu que os gregos rompessem aliança com o Faraó Amósis II, em 526 a.C., assim facilitando a invasão e conquista do Egito.

Sobre o reino de Dário I, (550-478 a.C.), os Persas estabelecem sua fronteira até a atual Líbia e realizam um acordo de paz com os cartagineses, enfraquecendo as colônias gregas no Mediterrâneo e as colônias jônicas e gregas no Mar Morto. Os jônicos se revoltam contra o Império Persa entre os anos de 499 e 494 a.C. e tiveram apoio das cidades-estados Gregas, o que acarretou a ira de Dário I. O filho de Dário I, Xerxes, no ano de 481 a.C., enviou embaixadores as cidades-estados ao redor de toda Grécia solicitando “terra e água”, uma forma de exigir submissão das cidades e cobrança de tributos, mas inicialmente excluindo propositadamente Atenas e Esparta.

## 2 GRÉCIA E ROMA: O SURGIMENTO DOS IMPÉRIOS COSMOPOLITAS

Embora a etimologia da palavra “diplomacia” Diplomacia se formou a partir do francês *diplomatie*, nome feminino, derivado, por sua vez, do adjetivo/adjetivo *diplomatique*. Este vocábulo tem origem no grego diploma, matos, nome neutro com o significado de “objecto/objeto duplo, tablete de papel dobrado em dois” (Dicionário Houaiss), através do latim diploma, “papel dobrado, carta de recomendação, carta de licença ou privilégio”.<sup>6</sup>

Uma característica da história do Mediterrâneo, das Guerras Médicas<sup>7</sup> (490 a 479 a.C.) até o império formado por Alexandre o Grande e de uma civilização comum, decorrente das ligações diplomáticas e comerciais entra as cidades-estados Gregas, Atenas e suas colônias principalmente, e o Reino do Egito. Esta comunidade do Mediterrâneo se manifesta primeiramente sobre a economia de trocas dos países do Mediterrâneo oriental, onde podemos incluir também os hebreus e os fenícios, uma

---

<sup>6</sup> Ver Ciberdúvidas da Língua Portuguesa: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/etimologia-de-diplomacia/19374#>. Consultado em: 24 abr. 2022.

<sup>7</sup> Nome dado às guerras entre Gregos e Persas.

economia formada pela circulação de produtos agrícolas e por uma indústria de manufaturas de utensílios diversos (cerâmicas, armas forjadas, tecidos). Essa economia inicialmente nascida da carestia e necessidade de troca de alimentos se transforma em um intenso comércio interestadual, os Gregos se tomam grandes intermediários do Mar Mediterrâneo e a economia grega se complementaria a economia egípcia, o que fez com que seus interesses comerciais se concretizassem em alianças comerciais e militares.

### **2.1 Os gregos e as relações comerciais como forma de sobrevivência e riqueza**

A opção econômica dos gregos era realmente o mar. O fator climático era decisivo, as precipitações típicas do clima mediterrâneo variavam muito de ano para ano, conseqüentemente o fracasso de uma safra poderia ocorrer frequentemente (Cartledge, 2002, p. 63), e isso era observado pelos egípcios da época, como narra Heródoto no seu famoso livro História:

(...) cessando o Nilo de banhá-los com suas águas, os egípcios que habitam ao sul do Lago Méris e em outras regiões circunvizinhas, e, sobretudo, os que vivem no delta, ficarão expostos a mesma sorte do qual pretendem estarem os gregos ameaçados; pois, sabendo que toda a Grécia é regada pelas chuvas e não pelos rios, como o Egito, dizem que, se os Gregos fossem um dia privados dessa dádiva morreriam de fome (Heródoto, 2001, p. 192)

As cidades-estados gregas, por essa questão econômica, pela constante carestia decorrente das flutuações climáticas, começam a estabelecer colônias em toda a região do Mediterrâneo, inicialmente pelo fato que as pólis gregas não suportavam um crescimento populacional intenso e por procura de novas terras com melhores condições de plantio e pastoreio. Essas novas pólis juntamente com suas pólis de origem formavam ligas comerciais e de defesa mútua. A liga de Délos (478 a.C.) é um exemplo de pólis lideradas por Atenas contra os Persas. As colônias transformaram as pólis gregas em uma comunidade cosmopolita, mapas do Mediterrâneo e seu entorno era elaborado em detalhes, assim como os legisladores como Sólon (Atenas, 638-558 a.C.) e Clístenes (Atenas, 565-492 a.C) estabeleceram distinções entre cidadãos (com direitos políticos), Metecos (estrangeiros sem direitos políticos) e escravos.

A prática de enviar embaixadores a diversos estados do mundo então conhecido e de muitos gregos servirem como mercenários em diversos exércitos aumentou o cosmopolitismo dos gregos, os Espartanos inclusos. Os entrepostos comerciais traziam

desde escravos de diversas regiões do Mediterrâneo, como a colônia de Bizâncio possibilitava comércio com a região ocidental da atual Turquia. Investigar as regiões do seu entorno estratégico se tornou essencial para a pólis e justamente o Livro de Heródoto vem cumprir essa função, narrando a cultura dos persas, fênicos, egípcios, árabes, sudaneses e líbios. História é uma palavra em grego que significa “investigação”.

A guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C), a disputa ente Esparta e Atenas pela hegemonia na península grega e sobre as colônias, a justificativa para a guerra foi a tentativa Potidaea, pólis tributária de Atenas, localizada no norte da península grega, de ficar independente e não pagar mais tributos a Atenas. Polidaea foi apoiada por Esparta e pela Liga do Peloponeso liderada por Esparta, que via no posicionamento político dos cidadãos de Polidaea uma oportunidade de fortalecer a própria liga contra os atenienses.

A guerra do Peloponeso se transforma em uma disputa geopolítica entre Atenas e Esparta pelo controle do Mediterrâneo e das colônias gregas e cidades tributárias de ambos. Esta guerra forçou um intenso envio de embaixadores por ambas as cidades-estados, objetivando angariar aliados soldados ou rendições sem batalhas. Tucídides narra esses fatos em uma obra clássica “História da Guerra do Peloponeso”, entre várias passagens demonstra que nem sempre eram claras, ou sabiam expressar sua mensagem às embaixadas e às relações internacionais no antigo Mediterrâneo;

Durante o inverno subsequente Aristides filho de Árquipo, um dos comandantes das naus atenienses enviados para receber tributos dos aliados, deteve em Èion (às margens do rio Strímon) o persa Artafernes, que ia para a Lacedemônia mandado pelo Rei. Ele foi levado para Atenas e os atenienses fizeram traduzir do assírio as cartas encontradas em seu poder e as leram. Muitos assuntos eram mencionados nelas, mas o mais importante, referente aos Lacedemônios, era que o Rei não sabia o que eles queriam, pois embora muitos emissários tivessem ido até ele, nunca dois disseram a mesma coisa; se tivessem alguma proposta definitiva a fazer, deveriam enviar homens à presença dele em companhia do persa (Tucídides, 1987, p. 247).

A guerra termina quando os Espartanos capturam a maior parte da frota ateniense que estavam ancoradas em Aegospotami no Helesponto (estreito de Dardanelos na atual Turquia). Sem seu poder naval os Atenienses não conseguem resistir ao cerco imposto por Esparta e se rendem em 404 a.C., no entanto a vitória e a hegemonia Espartana, sem o fluxo de comércio anterior à guerra, acaba sendo derrotadas pela cidade-estado de Tebas, que estabelece uma curta hegemonia na península Grega (371-362 a.C.). Os tebanos, sobre o governo de Epaminondas (371-362 a.C.), estabeleceram uma agressiva

retomada comercial no Mediterrâneo, o que gerou recurso para estabelecer um exército considerável e ganhar os Espartanos até serem derrotados por Filipe da Macedônia.

## **2.2 O Reino Cosmopolita de Alexandre o Grande**

A Macedônia era um estado segmentado que evoluiu lentamente para um sistema de confederação. Sob o comando de Filipe II (359-336), a confederação e a segmentação do reino foram extinguidas para um estado centralizado, incluindo cidades-estados gregas no seu território. O reino da Macedônia passou por um processo de helenização, a influência grega na escrita e a visão cosmopolita grega atingiu o reino da Macedônia. O filho de Filipe da Macedônia, Alexandre, teve como preceptor Aristóteles e, certamente, as ideias de Aristóteles contida no Livro “Política” couberam mais para os macedônios do que a “República” de Platão. Com Aristóteles surge o pensamento realista da época helenística e separa a ciência da religião, aplicando a lógica nas decisões políticas e no ensino do bem governar.

Filipe da Macedônia consegue, com as táticas militares da Falange Macedônia<sup>8</sup>, derrotar Tebas e colocar toda a península Grega e suas cidades-estados sobre sua forma centralizada de governar, ficando elas abaixo de sua autoridade. Quando seu filho Alexandre, que ficaria conhecido como Alexandre o Grande (356-323 a.C.) ascende ao trono, em 332 a.C., o Oriente antigo acaba de se desintegrar, consequência das diversas guerras, como as Guerras Médicas, entre gregos e persas, a Guerra do Peloponeso e as constantes disputas dinásticas no Império Persa. Aproveitando a desestabilidade reinante no reino Persa, Alexandre se lança em uma guerra de conquista – o que para muitos povos se torna uma guerra de libertação do jugo Persa. Alexandre é um hábil diplomata com as cidades, as Satrapias que se rendiam a ele sem resistência, eram substituídos os governantes por um macedônio, mas conservava as instituições locais, preservando os templos e os sacerdotes locais, muitas vezes fazendo oferendas demonstrando respeito e diplomaticamente deixando um recado que sua guerra era contra o rei da Pérsia Dario III e não contra o povo – com isso aumentava em número seu exército –, da mesma forma que aqueles que se recusavam a se render eram devastados e os cidadãos feito escravos – exemplo da conquista da cidade fenícia de Tiro, antiga concorrente dos gregos.

---

<sup>8</sup> Massa de soldados de infantaria a pé utilizando lanças longas e escudos que evitava, de certa forma, o ataque aproximado e incursões da cavalaria. (Cartledge, 2002, p. 106).

Ao libertar o Egito, Alexandre começa a estabelecer a noção de monarquia universal, estabelecendo uma unidade entre os interesses gregos e egípcios que sobre Alexandre deixam de ser apenas comerciais. Alexandre é nomeado Rei dos Gregos e Faraó do Egito e é proclamado como filho do Deus egípcio Amon – os egípcios o identificam como legítimo soberano. Alexandre implementa um governo teocrático ao fundir as duas culturas, assim como o Imperador Augusto de Roma faria mais tarde. No Egito, ele funda uma nova capital “Alexandria”, cidade planejada como um tabuleiro de xadrez, e que seria modelo para outras 70 cidades do mesmo nome fundadas por ele em todo o império. Essas cidades serviriam como vetor de divulgação da cultura helênica por todo império.

Após a batalha de Issu, em 333 a.C., toda a Ásia estava sobre controle de Alexandre, agora ele era o Senhor da Ásia. Alexandre inicia uma campanha sobre a Índia, porém seus homens solicitam o fim das guerras e a volta para casa, Alexandre Morre aos 32 anos de idade, provavelmente de uma doença adquirida na Índia. O império cosmopolita que ele estabeleceu controlava as importantes rotas de comércio da China ao Mediterrâneo, com cidades helenizadas utilizadas como marco em todo esse sistema comercial, tinham administração autônoma, mas estavam integradas ao império. O comércio, que era circular nas artérias vitais do império, vivificou e permitiu grande fluxo de alimento e mercadorias por todo Império, os campos agrícolas favoreciam certa abundância de alimentos, em todos os cantos e novas mercadorias e produtos chegavam do oriente. É possível dizer que sobre Alexandre a rota da seda chega com mais fluência sobre a Europa.

Porém, ao morrer jovem e sem deixar herdeiros, embora tenha se casado com várias esposas, o seu império foi dividido entre seus generais. Ptolemeu ficou com o Egito, Cassandro com a Macedônia e a Grécia, Lisímaco com parte da Península da Anatólia e da Trácia e Selêuco com o Império Persa. No entanto, as relações comerciais entre esses impérios continuaram existindo, decorrente do fato de serem estados helenizados e o grego passa a ser a língua diplomática estabelecida nos novos reinos. Fora do mundo helênico, embora estabelecessem relações comerciais e diplomáticas, ficaram Cartago, antiga colônia fenícia, e Roma.

### 2.3 Roma: Reino, República e Império e as relações diplomáticas

A história de Roma já se inicia com um mitológico acordo diplomático, em que o troiano Enéias, um herói sobrevivente da guerra com os gregos, chega na Península itálica e estabelece um tratado com os latinos, povo que então habitava a região, como nos narra Burton (2011, p. 2, tradução nossa):

A história das relações interestatais de Roma começou, na mitologia, com um exemplo marcante da interação entre o que pode ser vagamente denominado *amicitia* “doméstica” e “internacional”. De acordo com Lívio, quando Enéias chegou pela primeira vez às costas italianas e entrou no território aborígene reino de Latinus, os dois líderes imediatamente estabeleceram relações amistosas. Latino “estendendo a mão direita [a Enéias], santificou a boa-fé da amizade que seria” (*dextra data fidem futurae amicitiae sanxisse*). Os dois então acrescentaram um tratado doméstico (*foedus*) ao público, diz Lívio, quando latino deu a Enéias sua filha em casamento.<sup>9</sup>

A economia Internacional no século III a.C. já se amplia da região dos impérios helênicos construídos por Alexandre o Grande e segmentado entre seus Generais até a península ibérica e países do Mar do Norte. O Mediterrâneo se encontrava repartido entre três potências que lutavam pela hegemonia; Roma na Península itálica, Cartago no norte da África e o Egito ptolomaico – com grande excedente de trigo graças ao rio Nilo, que regava e fertilizava a terra nas suas margens. Após a morte de Alexandre, vários de seus generais fundaram grandes estados territoriais, dinastias macedônias com ambições mundiais, cada uma em acirrada competição pelo poder; mas nenhuma dessas monarquias jamais foi capaz de estabelecer dominação e de construir um sistema mediterrâneo de relações internacionais.

Os romanos não foram os primeiros a dar início a negociações internacionais informais e alianças na bacia do Mediterrâneo durante a antiguidade, esta primazia pertence mais provavelmente aos gregos. Os romanos, no entanto, foram mais efetivos e, por Roma estar localizada geograficamente no centro da região mediterrânea, adotaram esta prática no Mediterrâneo Ocidental e Oriental a partir do século III a.C.

---

<sup>9</sup> The history of Rome’s interstate relations began, in Roman national mythology, with a striking example of the interplay between what can be loosely termed “domestic” and “international” *amicitia*. According to Livy, when Aeneas first arrived on Italian shores and entered the aboriginal kingdom of Latinus, the two leaders immediately established friendly relations. Latinus “by extending his right hand [to Aeneas], sanctified the good faith of the friendship that would be” (*dextra data fidem futurae amicitiae sanxisse*). The two then added a domestic treaty (*foedus*) to the public one, says Livy, when Latinus gave Aeneas his daughter in marriage

O início da prática da diplomacia romana era primitivo, herdada dos povos latinos da península itálica. Como na Grécia clássica e helenística, não havia embaixadas permanentes para estados estrangeiros para trocar informações, diminuir atritos mútuos e expressar preocupações precoces sobre as políticas para evitar possíveis crises. Nas crises que inevitavelmente ocorriam, a diplomacia consistia principalmente em fazer exigências a “*Rerum Repetio*” (ensaio de queixas), feita por sacerdotes especiais chamados “*fetiales*”. Segundo o verbete de John North, no dicionário de Oxford:

Fetiales, sacerdotes dos estados latinos, preocupados com os procedimentos e leis de declarar guerras e fazer tratados. Nossa informação vem de Roma, onde eles formaram um colégio (\**collegium*) de vinte membros, que aconselhavam o Senado em questões de paz e guerra, e tinham sua própria tradição jurídica (o *ius fetiale*). A instituição pressupõe que padres semelhantes, com os quais os fetiales romanos interagiram, existiam nos outros estados latinos.<sup>10</sup>

Em Roma, que lendariamente foi fundada 743 a.C., os primeiros governantes foram reis de origem grega ou etrusca até que a monarquia é derrotada por nobres latinos que estabelecem uma República oligárquica em 509 a.C., questões de extensão da cidadania para os plebeus permeou praticamente todo o período da república. Os Romanos se mostraram mestres na arte da guerra, na construção de utensílios militares e na organização de exércitos em campanha bem disciplinados, as Legiões romanas possuíam toda uma organização de disciplina e alistamento. No entanto, só em 275 a.C., depois de derrotar Pirro, rei de Épiro, Roma conseguiu unificar a península Itálica.

Roma inicia uma disputa pelo Mediterrâneo oriental contra a cidade-estado de Cartago, um Império marítimo, originário de antigas colônias fenícias, a cidade de Cartago era localizada próxima a atual Túnis, e dominava partes da península Ibérica a Sardenha e a Sicília e praticamente toda a região da Tunísia, o conflito Roma e Cartago, ficou conhecido como Guerras Púnicas, ao todo foram três com duração entre 264 a.C. a 46 a.C., com a destruição total de Cartago e o domínio Romano das Rotas e terras do Mediterrâneo Oriental.

A vitória sobre Cartago levou Roma em 201-200 a.C. a intervir no Oriente grego. Foi uma época em que a República Romana acabava de emergir como a potência predominante no Mediterrâneo ocidental, tendo conquistado o Ocidente, Roma se

---

<sup>10</sup> Ver em: <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-6964>. Acesso em: 22 abr. 2022.

direciona imediatamente para o Oriente, organiza uma conquista intencional passo a passo do mundo grego. Esta intervenção levou ao início da Hegemonia romana no Mediterrâneo oriental. Mas em boa parte a intervenção romana foi uma resposta à crise sistêmica geral trazida pelo colapso do Egito da dinastia grega dos Ptolomaicos.

Uma questão de demonstração do modo como Roma estabelecia alianças e conquistas está na Guerra da Etólia (191-189 a.C.), que foi travada pelos romanos e seus aliados aqueus e macedônios contra a aliança da Liga Etólia, na península grega, ao serem derrotados se estabeleceu um acordo de paz modelo dos romanos, germe do que no Império seria conhecido com Pax Romana, entre as cláusulas de paz os etólios estavam obrigados a lutar com os romanos em suas guerras e a aceitar os mesmos aliados e inimigos de Roma como seus próprios.

O fim da República Romana se desenvolve em um contexto de guerras e rebeliões de escravos, concomitante com o período de expansão territorial na península ibérica e na Gália (atual região da França). A não submissão dos povos ao domínio romano o levava a uma diplomacia da Guerra, no entanto o que levou ao fim do período republicano foi a luta partidária em Roma, uma tentativa de conter a luta entre as facções do Império foi a criação do Triunvirato, governo formado por uma aliança triplíce, em 60 a.C., a política do triunvirato fracassa definitivamente e, 49 a.C. e os partidos de Pompeu e Júlio Cesar, entram em guerra civil, Pompeu é derrotado por Júlio Cesar na batalha de Farsália em 49 a.C., ao fugir para o Egito procurando abrigo ele é assassinado. Ao derrotar Pompeu Júlio Cesar se torna ditador perpétuo de Roma.

No Egito, com o novo cargo que adquiriu, Júlio Cesar interfere na questão sucessória entre os irmãos Ptolomeu XIII e Cleópatra VII, que por testamento deveriam governar juntos o Egito, porém Ptolomeu XIII exila sua irmã e assume sozinho o trono. Júlio Cesar toma partido de Cleópatra em detrimento de seu irmão mais velho. Ptolomeu XIII acaba morrendo em uma batalha contra Júlio Cesar as margens do Nilo, Júlio Cesar tem um filho com Cleópatra chamado Cesarion. O medo de que ele se proclamasse um Rei nos moldes de Alexandre o Grande fez com que Júlio Cesar fosse assassinado no senado a facadas em 44 a.C.

No entanto, o Império só surge quando Otavio, filho adotivo de Júlio Cesar, derrota Marco Antônio, antigo tenente de Júlio Cesar, em uma nova guerra civil. Marco Antônio tinha se aliado à Cleópatra, com a vitória de Otavio e a morte de Marco Antônio

e Cleópatra, Otavio transforma o Egito em conquista pessoal, assumindo um poder militar e financeiro como o senhor das plantações de trigo no Egito. A conquista do Egito deu a Otavio o apoio da plebe romana, que agora recebia trigo direto dos armazéns do Egito, e do senado, que viu o poder de toma se consolidar sobre todo o Mediterrâneo. O mar Mediterrâneo ficou conhecido como “*Mare Nostrum*” (“o nosso mar”, em latim).

Segundo Rostovtzeff (1983, p. 161), surge uma nova forma de governo cuja chefia era exercida pelo chefe do Exército, porém o senado atribui a Otávio outros títulos como “*príncips senatorun*” (primeiro cidadão) e “Pontífice Máximo”, “chefe da religião Romana”, resumindo assumiu o poder temporal e espiritual. Otávio, então, assume um novo título, “Cesar Augusto”, e o Império também assume características teocráticas, pois Cesar Augusto foi proclamado Deus.

Para manter o Império unido, foi necessária uma arquitetura de estado bem estabelecida, uma consolidação jurídica, o que levou a uma consolidação do direito que se inicia na República, mas se consolida no Império, como o Direito civil (*jus civile*), o direito estrangeiro (*Jus gentium*) que faziam parte do direito público (*Jus publicum*), a sistematização do direito romano acelerou no Império, com o surgimento de escolas de Direito. Juntamente com isso, quanto à estrutura das cidades, houve uma ampliação da concessão de cidadania a não romanos; no entanto, no Império, a cidadania era restrita, garantia os direitos, mas não garantia uma participação política efetiva. O Império estabeleceu uma grande estrutura burocrática de controle e tributação, e uma constante expansão territorial, em terras que eles consideravam dominadas por bárbaros.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Cristianismo se estabelece graças ao sistema de estradas e cidadania seletiva estabelecido por todo Império Romano. O apóstolo Paulo vai se valer de sua cidadania romana para pregar o Cristianismo em todos os cantos do Império. As mesmas estradas que garantiam a circulação de tropas e mercadorias no Império facilitaram a propagação do Cristianismo. O Cristianismo perseguido por não se render ao controle religioso do imperador e não prestar culto ao mesmo acabou tendo um número maior de adeptos durante o passar dos anos entre membros da plebe, militares e aristocratas, não obstante as mortes e suplícios dos primeiros cristãos.

Com a chegada ao poder do Imperador Constantino no ano de 306 d.C., apoiado pelos cristãos, ele promulga o fim da perseguição aos cristãos, constrói uma nova Capital para o Império, a cidade de Constantinopla, e inaugura para os cristãos uma nova visão sobre o Império. Segundo Peter Szendy<sup>11</sup>, a teologia Patrística cristã, estabelece o conceito de teologia política baseada na interpretação da segunda carta de Paulo aos Tessalonicenses: “Agora também sabeis que é que ainda o retém, para aparecer só a seu tempo. Pois o mistério da impiedade já age, só é necessário que seja afastado aquele que ainda o retém” (2Ts 2:6-7).

Reter, em grego, é *Katechon*. As cartas de Paulo eram escritas em grego e os padres da igreja primitiva interpretam o ato de reter o anticristo (*katechon*) como um conceito político. Como diz Szendy (2016, n.p.): “para Tertuliano, João Crisóstomo ou Agostinho, o *katechon* é o Império Romano”. Tertuliano afirma muito claramente:

Há também outra necessidade, maior, de orarmos pelos imperadores, como por toda a propriedade do império e pelos interesses de Roma. Sabemos que a grande força que ameaça o mundo inteiro, o próprio fim dos tempos com sua ameaça de hediondo, é retardado pela trégua que o Império Romano significa para nós. Não queremos experimentar tudo isso; e quando estamos ajudando ou ajudando a seu adiamento a de Roma. (Szendy, 2016, n.p., tradução nossa)<sup>12</sup>

As invasões bárbaras e a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. e o início da Idade Média vão ser marcados pela nostalgia da perda do Império e as tentativas de restabelecimento do mesmo, perante a fragmentação política do ocidente.

---

<sup>11</sup> Peter Szendy, *Katechon*. Ver em: <https://www.politicalconcepts.org/katechon-peter-szendy/>. Acesso em: 24 abr.2022.

<sup>12</sup> Here is also another need, a greater one, for our praying for the Emperors, as for the whole estate of the empire and the interests of Rome. We know that the great force which threatens the whole world, the end of the age itself with its menace of hideous suffering, is delayed by the respite which the Roman Empire means for us. We do not wish to experience all that; and when we pray for its postponement are helping forward the continuance of Rome.

REFERÊNCIAS

AMIT, K. Social integration and identity of immigrants from western countries, the FSU and Ethiopia in Israel. **Ethnic & Racial Studies**, [s. l.], v. 35, n. 7, p. 1287-1310, 2012. DOI 10.1080/01419870.2011.602091. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=76400958&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulus editora, 2002.

BLACK, Jeremy. **A história do Mundo: da Pré-história ao século 21**. São Paulo: M. Book Editora, 2021.

BURTON, Paul J. **Friendship and Empire: Roman Diplomacy and Imperialism in the Middle Republic (353-146 BC)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BLACK, Jeremy. **A history of diplomacy**. London: Reaktion Books Ltd, 2010.

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus editora, 2003.

CALHOUN, C.; KOLLER, A. Charles Tilly's Interdisciplinary Influence. **Swiss Political Science Review**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 333-339, 2009. DOI 10.1002/j.1662-6370.2009.tb00133.x. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=43608233&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 7 jan. 2022.

CARTLEDGE, Paul. **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ETIMOLOGIA DE diplomacia. **Ciberdúvidas da Língua Portuguesa**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/etimologia-de-diplomacia/19374#>. Acesso em: 24 abr. 2022.

STUART-FOX, Martin. **A short history of China and Southeast Asia: tribute, trade and influence**. Crows Nest: Allen & Unwin ed., 2003.

TILLY, Charles. Cities, states, and trust networks. In: HANAGAN, Michael; TILLY, Chris (ed.). **Contention and Trust in Cities and States**. New York: Springer, 2011. p. 6-16.

MANN, Michael. **As Fontes do Poder Social**. Uma História do Poder desde o início até 1760 d.C. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020.

MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos Faraós: história, civilização e cultura**. São Paulo: Hemus editora, 1981.

NORTH, John. Fetiales

. In: **Oxford Research Encyclopedia of Classics**. [s.l.]: Oxford University Press, [s.d.]. Disponível em:

<https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-6964>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma História Concisa. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1999.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: UNB Ed., 1987.

WARDEN, Leslie Anne. **Pottery and Economy in Old Kingdom Egypt**. Boston: Brill ed., 2014.

FENGJIAN. *Stringfixer*. [s.l.], [s.d.]. Disponível em:

[https://stringfixer.com/pt/Chinese\\_fief](https://stringfixer.com/pt/Chinese_fief). Acesso em: 19 abr. 2022.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial presença, 1982.

HERÓDOTO. **História**. São Paulo: Ediouro, 2001.

ECKSTEIN, Arthur M. **Rome Enters the Greek East**: From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230–170 BC. Vitoria: Blackwell Publishing, 2008.

SZENDY, Peter. *Katechon*. In: **Political Concepts: A Critical Lexicon**. [s.l.], 14 ago. 2016. Disponível em: <https://www.politicalconcepts.org/katechon-peter-szendy/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ROSTOVTZEFF, Michael. **História de Roma**, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983.